



CADERNO DA
**REFORMA
ADMINISTRATIVA**

21. Educação Superior
Pública sob Ameaça

Brasília, Maio de 2021

Ana Luíza Matos de Oliveira

Professora visitante da FLACSO-Brasil e Coordenadora-Geral da Secretaria Executiva da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil). Mestre e doutora em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp, graduada em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Arthur Welle

Graduado em Ciências Sociais e em Economia pela Universidade Estadual de Campinas, mestre em Relações Sociais pela mesma universidade (Programa San Tiago Dantas) e doutorando em Teoria Econômica - IE/Unicamp.

Israel Matos Batista

Cientista político, leciona História e Atualidades em diversas instituições de preparação para vestibulares e concursos. Entre 2010 e 2018, foi deputado distrital. Atualmente é Deputado Federal pelo Distrito Federal e presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil) e da Frente Parlamentar Mista da Educação.

Expediente

Realização:

Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) (Maio, 2021)

Autor:

Ana Luíza Matos de Oliveira

Arthur Welle

Israel Matos Batista

As opiniões aqui emitidas são de responsabilidade dos autores e colaboradores.

Diagramação:

Diego Feitosa

Apoio:



Servir

Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público.

Presidente: Deputado Federal Professor Israel Batista (PV-DF)

Educação Superior Pública sob Ameaça

Ana Luíza Matos de Oliveira¹
Arthur Welle²
Israel Matos Batista³

1. Introdução

O Brasil tem um profundo histórico autoritário. É por isso que a Constituição Federal de 1988 (CF 88), em seu artigo 206, enumera os princípios guias para a educação, em todos os níveis, garantindo a liberdade, o pluralismo, a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, a valorização dos profissionais, a gestão democrática e a qualidade. Já o artigo 207 da mesma CF 88 trata da autonomia universitária e pretende se afastar do modelo de gestão adotado na ditadura. Ou seja, a CF 88, em um país que saía de uma ditadura militar, buscou garantir que a educação fosse um espaço de negação do modelo anterior.

Com a CF 88, pela primeira vez na história do Brasil, a educação foi considerada um direito social de caráter público, universal e gratuito. Mais do que isso, no artigo 208 da CF 88 percebe-se que, apesar de somente

a educação básica ser obrigatória no Brasil, o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um, é também um direito, ou seja, a CF 88 também garante a educação superior como direito.

No entanto, mais recentemente, por aqui se soma ao autoritarismo do país, também a austeridade fiscal, paradigma até então dominante na interpretação do Brasil contemporâneo - pelo menos até os dias de hoje. Interpreta-se de acordo com este paradigma que o Estado brasileiro - inchado, pesado, lento - seja a causa de todos os males da nação. Nesse sentido, a proposta de "cortar gastos" traria um crescimento econômico vigoroso, ao abrir espaço para o setor privado. Esta narrativa, na literatura econômica, é chamada de "contração fiscal expansionista", ou seja, quando o Estado realiza corte de gastos, teoricamente haveria uma reação positiva e compensatória do setor privado (Dweck, Rossi e Oliveira, 2020). Mas a pesquisa científica e a realidade têm comprovado que esta narrativa é um mito: seis anos após o início da adoção

1 Professora visitante da FLACSO-Brasil e Coordenadora-Geral da Secretaria Executiva da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil). Mestre e doutora em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp, graduada em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

2 Graduado em Ciências Sociais e em Economia pela Universidade Estadual de Campinas, mestre em Relações Sociais pela mesma universidade (Programa San Tiago Dantas) e doutorando em Teoria Econômica - IE/Unicamp.

3 Cientista político, leciona História e Atualidades em diversas instituições de preparação para vestibulares e concursos. Entre 2010 e 2018, foi deputado distrital. Atualmente é Deputado Federal pelo Distrito Federal e presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil) e da Frente Parlamentar Mista da Educação.

da austeridade fiscal no Brasil - e dos cortes à educação, em especial à educação superior - as promessas da austeridade fiscal, de pujança do crescimento e do desenvolvimento, ainda estão por ser cumpridas.

Para a educação superior há um enfrentamento a mais a ser equacionado, relacionado à ascensão do autoritarismo. Nesse sentido, este texto visa contribuir com respostas a duas questões: como defender a educação superior pública das acusações de que ela é cara e não cumpre sua função social? E como defender o papel das instituições públicas de educação superior enquanto espaços fundamentais da produção e difusão do conhecimento e do pensamento crítico?

Em outras palavras, esta nota técnica visa discutir como as instituições de educação superior públicas se consolidaram no país, não só como polos de excelência da produção de conhecimento, mas também como importantes instrumentos de inclusão social, mesmo sob forte ataque nos últimos anos.

A próxima seção discutirá a importância da educação superior pública na produção de conhecimento e na inclusão, em termos de gênero, raça e renda. A seção seguinte discutirá as ameaças à educação superior pública na atualidade, incluindo o impacto da PEC 32/2020 (a reforma administrativa), caso esta seja aprovada em seus termos originais. Por fim, tecemos considerações à guisa de conclusão.

2. A importância da educação superior pública no Brasil: produção científica e inclusão

Como discutido em Oliveira (2019), há diversos documentos que apontam que a educação superior pública seria cara ou ineficiente em comparação ao setor privado. Um deles é o documento "Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil" (Banco Mundial,

2017), que propõe cortes no financiamento da educação superior que alcançariam 0,5% do PIB (Banco Mundial, 2017:14). O documento retoma argumentos sempre presentes na história brasileira, como o da defesa da cobrança de mensalidades em instituições públicas.

"O Governo Federal gasta aproximadamente 0,7% do PIB com universidades federais. A análise de eficiência indica que aproximadamente um quarto desse dinheiro é desperdiçado. Isso também se reflete no fato de que os níveis de gastos por aluno nas universidades públicas são de duas a cinco vezes maior que o gasto por aluno em universidades privadas. A limitação do financiamento em cada universidade com base no número de estudantes geraria uma economia de aproximadamente 0,3% do PIB. Além disso, embora os estudantes de universidades federais não paguem por sua educação, mais de 65% deles pertencem aos 40% mais ricos da população. Portanto, as despesas com universidades federais equivalem a um subsídio regressivo à parcela mais rica da população brasileira. Uma vez que diplomas universitários geram altos retornos pessoais (em termos de salários mais altos no futuro), a maioria dos países cobra pelo ensino fornecido em universidades públicas e oferece empréstimos públicos que podem ser pagos com os salários futuros dos estudantes. O Brasil já fornece esse tipo de financiamento para que estudantes possam frequentar universidades particulares no âmbito do programa FIES. Não existe um motivo claro que impeça a adoção do mesmo modelo para as universidades públicas. A extensão do FIES às universidades federais poderia ser combinada ao fornecimento de bolsas de estudo gratuitas a estudantes dos 40% mais pobres da população (atualmente, 20% de todos os estudantes das universidades federais e 16% de todos os estudantes universitários no país), por meio da expansão do programa PROUNI. Todas

essas reformas, juntamente, melhorariam a equidade e economizariam pelo menos 0,5% do PIB do orçamento federal.” (Banco Mundial, 2017:13-14).

O mesmo documento defende que parte dos gastos com as universidades federais seriam desperdiçados, pois os custos de um estudante no setor privado são mais baixos (ignorando que as universidades públicas são o *locus* da pesquisa⁴ e da extensão, não só do ensino). Mais à frente, afirma-se que *“apesar desse custo por estudante bem mais elevado, em média o valor agregado das universidades públicas é semelhante ao valor agregado das universidades privadas”* (Banco Mundial, 2017:123-124):

“A pontuação média do ENADE para universidades públicas é maior do que para as privadas. No entanto, estudantes que entram nas universidades públicas tendem a já terem atingido um maior nível de aprendizado antes mesmo de iniciar os estudos. Por isso, a métrica mais relevante para se mensurar o valor adicionado é comparar a pontuação obtida com a pontuação esperada pré-universidade. Para os cursos de ciências exatas, universidades privadas tendem a adicionar tanto valor quanto as universidades públicas (Figura 98). Para as matérias de humanas, universidades privadas parecem adicionar mais valor, exceto pelos Institutos Federais. Para as ciências biológicas, Institutos, Federais e universidades estaduais adicionam o maior valor; e universidades federais adicionam por volta do mesmo valor por estudante do que universidades privadas sem fins lucrativos, no entanto, elas custam cerca de três vezes mais.” (Banco Mundial, 2017:132-133).

Segundo o documento, haveria um alto nível de ineficiência nas instituições públicas de ensino superior, de tal forma que os mesmos resultados poderiam ser atingidos com cerca de 17% menos de recursos. Afirma-se que *“universidades e institutos federais poderiam economizar aproximadamente R\$ 10.5 bilhões por ano e ainda assim adicionar o mesmo valor que adicionam atualmente”* (Banco Mundial, 2017:134). Universidades estaduais poderiam economizar cerca de R\$ 2.7 bilhões por ano.

O Banco Mundial (2017:135) também reafirma a necessidade de cobrar algum tipo de taxa dos estudantes, pois eles seriam a elite: mais especificamente, apontam que mais de 65% dos estudantes pertence aos 40% mais ricos da população (em 2014). Porém, a metodologia do estudo confunde Instituições Federais de Ensino (categoria mais ampla) com Universidades Federais (contida na primeira) e usa um recorte dos 40%, demasiado amplo, pois os 40% mais ricos no Brasil, em 2015, representavam indivíduos com renda domiciliar *per capita* acima de 1 salário mínimo, o que claramente não caracteriza uma elite. De fato, o panorama de baixíssima inclusão na educação superior pública poderia ser o caso do Brasil no início do século XXI, mas não hoje, como discutiremos a seguir.

No início do século XXI, o Brasil passou por um momento de expansão e democratização do acesso à educação superior, tanto na educação superior como um todo (Oliveira, 2019), quanto na educação superior pública. Neste sentido, nos aproximamos do conceito de Dubet (2015) de *democratização do acesso*, que trata de uma ampliação dos grupos sociais com acesso

4 Os dados mostram que as instituições públicas de educação superior são o locus da produção de pesquisa no Brasil. Relatório da Clarivate Analytics (2018) confirma que 15 universidades públicas produzem 60% da ciência brasileira, medido pelo volume de artigos publicados na base Web of Science. Também segundo este relatório, a produção de trabalhos acadêmicos em colaboração com a indústria vem crescendo de forma exponencial no Brasil desde a virada do século, sendo a esmagadora maioria dessas colaborações feita com universidades públicas. E, mesmo com os cortes de financiamento à educação e à pesquisa, a produção científica do Brasil cresceu 30% entre 2013 e 2018, o equivalente ao dobro da média mundial, de 15%.

à massificação; e menos do conceito do mesmo autor de democratização interna, que se refere às diferenças existentes dentro da educação superior; ou do conceito de utilidades acadêmicas também do mesmo autor, que se refere ao valor do título no mercado de trabalho.

Esta democratização só foi possível pela combinação de políticas públicas (como o Reuni, as políticas de estímulo à permanência dos estudantes e as cotas sociorraciais), com planejamento e financiamento adequados, especificamente para este fim, e com um quadro de crescimento do emprego, da formalização e da renda do trabalho, que permitiu que as famílias pudessem se organizar de forma a manter alguns de seus integrantes na educação superior.

No entanto, desde 2015, este projeto de inclusão na educação superior está sob ataque, basicamente por duas vertentes: por um lado, com os cortes sofridos pelas políticas públicas, devido à dominância da austeridade fiscal desde 2015; por outro com a forte crise no mercado de trabalho também desde este ano, da qual o país ainda não se recuperou e que foi somente agravada pela crise da Covid-19 (Oliveira, 2021). Estas questões já se refletem nos dados que apresentaremos a seguir sobre o perfil dos estudantes por renda, raça/cor e gênero.

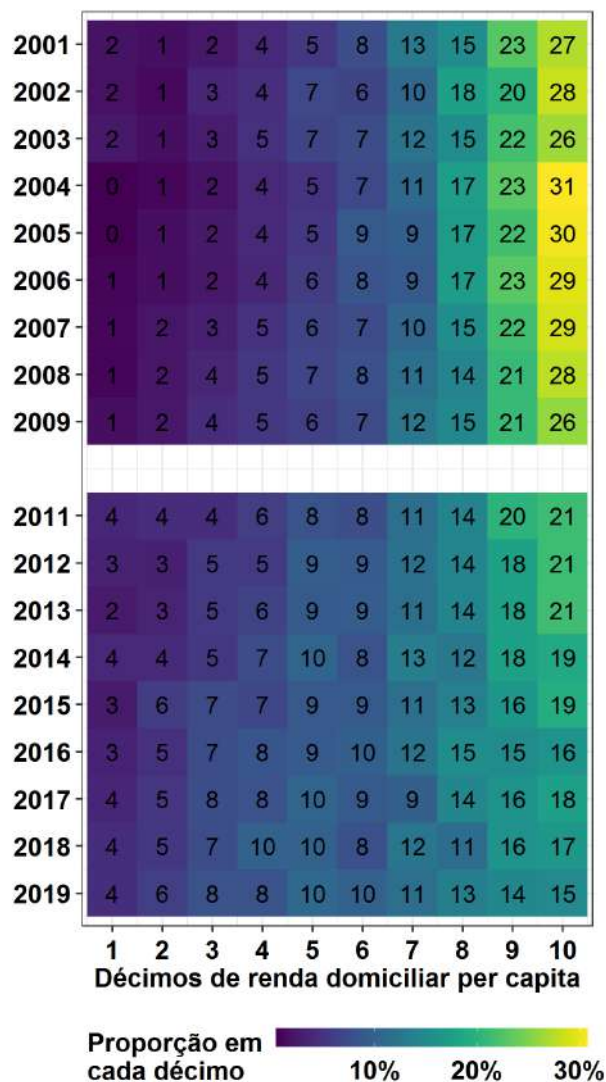
Os números e gráficos apresentados a seguir são baseados na PNAD e na PNAD-Contínua Anual. Foi preciso agrupar, para toda a série, pretos, pardos e indígenas na categoria “negros”, bem como brancos e amarelos na categoria “brancos”. A PNAD não foi levada a campo nos anos de censo (1991, 2000, 2010) e no ano de 1994.

Com a renda de todas as fontes criamos a renda per capita domiciliar. Esta renda é or-

denada e dividida em nove decis, permitindo separar a população em 10 décimos. O primeiro décimo contém as pessoas entre as 10% mais “pobres” (em termos de renda per capita domiciliar de todas as fontes). O último décimo contém as pessoas entre as 10% de maior rendimento. Nota-se ainda que, para compor as rendas domiciliares, foram separadas as famílias de empregados domésticos e seus familiares em um novo conjunto familiar.

Assim, a Figura 1 nos mostra onde estavam, nos décimos de renda na sociedade brasileira, os matriculados no ensino superior público (graduação). Note-se que uma distribuição completamente igualitária ocorreria no caso de cada décimo de renda domiciliar per capita contribuir com 10% dos estudantes da educação superior pública. Apesar de ainda estarmos longe de alcançar esta distribuição igualitária, pela figura percebe-se que há um grande avanço neste início de século, com aqueles mais ricos perdendo espaço (de forma relativa, é bom que se diga, pois este processo foi acompanhado de enorme expansão do número de vagas de graduação na educação superior). Assim, se em 2001 os mais ricos (do último décimo de renda) representavam 27% dos estudantes da educação superior pública (chegando ao pico de 31% em 2004), em 2019 estes eram 15%. Ou seja, o acesso à educação superior pública se tornou muito mais democrático. Esta democratização se deve às políticas públicas e às melhorias na condição de renda das famílias, porém se encontram em risco com a crise no mercado de trabalho, desde 2015; com a austeridade fiscal, que corta os recursos das políticas públicas; e com o autoritarismo/conservadorismo histórico, que questiona a razão de ser das políticas.

Figura 1 - Proporção de matriculados na educação superior pública (graduação) por décimo de renda na sociedade brasileira (2001 - 2019).

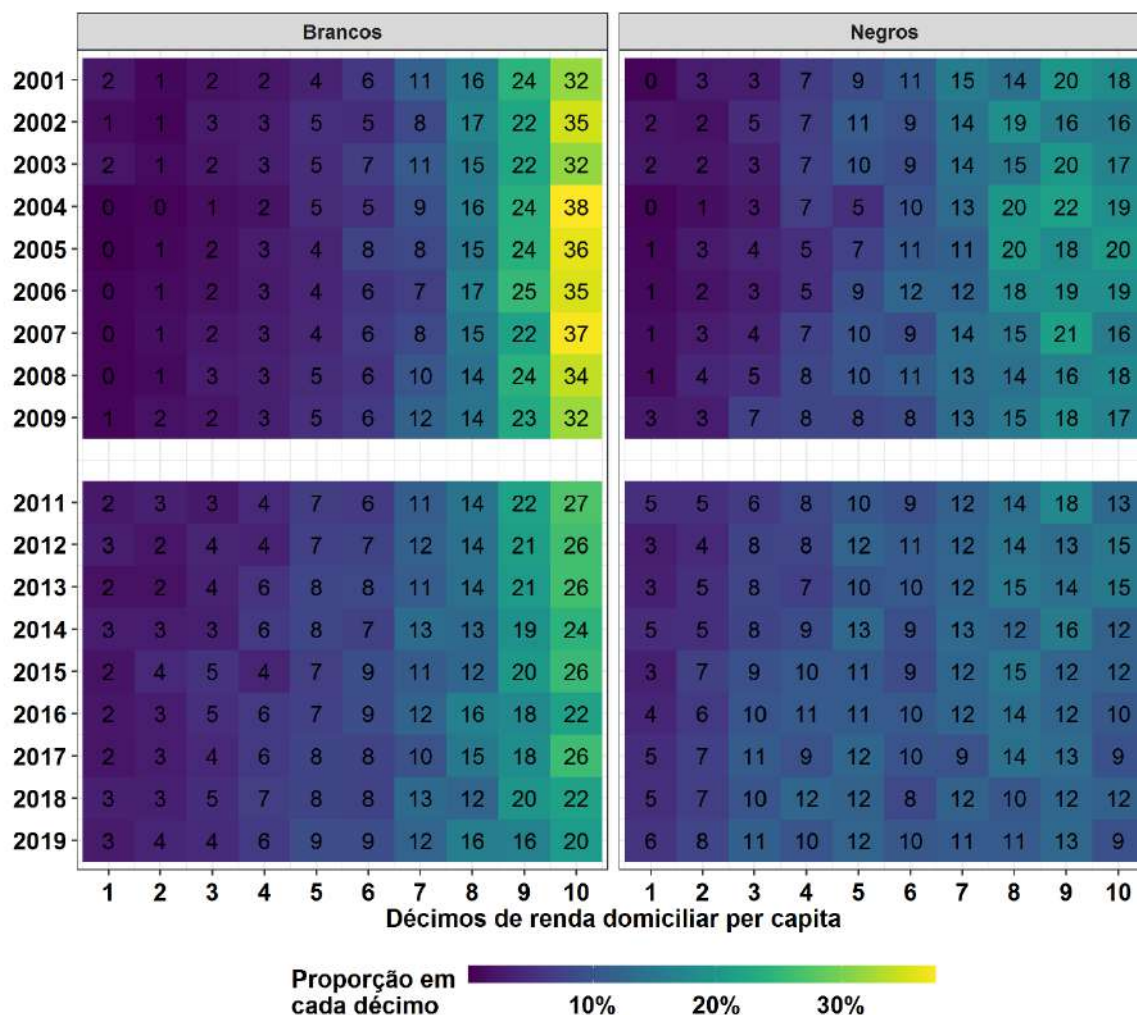


Fonte: Elaboração própria.

Já a figura 2 divide a população brasileira em raça/cor, dado que esta variável está altamente relacionada a desigualdades diversas, devido ao passado de escravidão do país e ao presente de racismo estrutural. Percebe-se que entre os brancos há maior desigualdade no acesso à educação superior (mas que também cai nos últimos anos) que entre os negros, grupo no qual

a distribuição é mais homogênea desde o início da série (mas também há, neste grupo, uma tendência de queda das desigualdades). Note-se que para o último ano da série, 2019, a distribuição se aproxima bastante da comentada anteriormente, de que um quadro totalmente igualitário corresponderia a cada casela com 10% (os números variam entre 6 e 13).

Figura 2 – Proporção de matriculados na educação superior pública (graduação) por décimo de renda na sociedade brasileira e cor/raça (2001 – 2019).

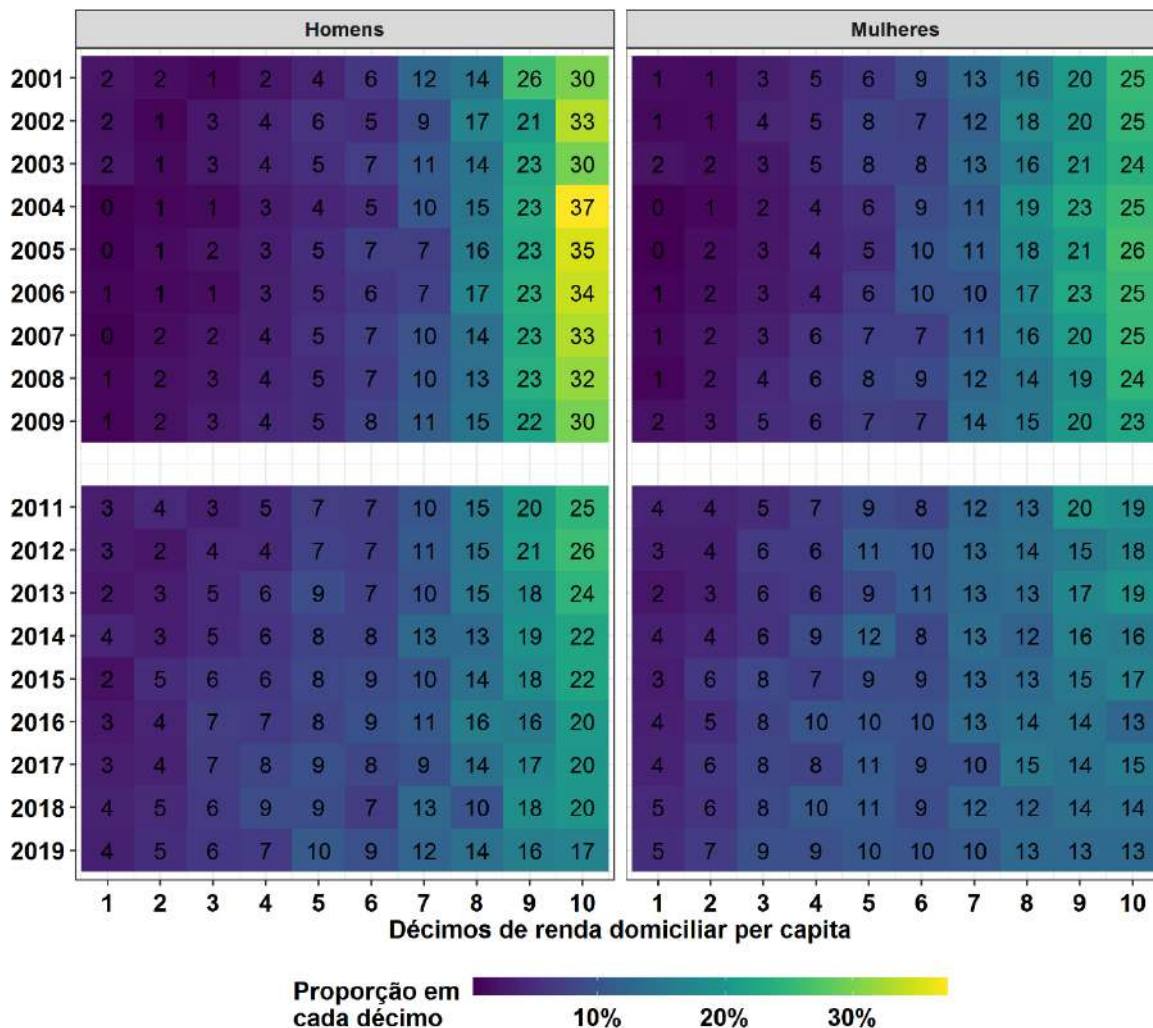


Fonte: Elaboração própria.

Para finalizar a análise sobre renda, a Figura 3 divide os graduandos na educação superior pública por sexo, outra variável importante para entender as desigualdades da sociedade brasileira. Entre homens, o

quadro é de maior desigualdade que entre as mulheres, mas para ambos os grupos há uma redução das desigualdades no acesso à educação superior ao longo dos anos.

Figura 3 - Proporção de matriculados na educação superior pública (graduação) por décimo de renda na sociedade brasileira e sexo (2001 - 2019).

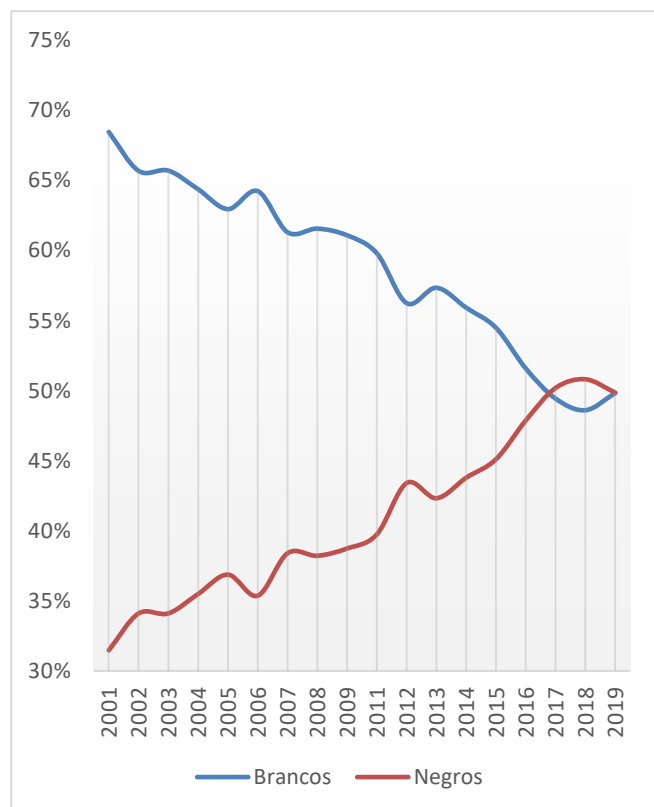


Fonte: Elaboração própria.

A Figura 4 mostra que se em 2001 os brancos ocupavam quase 70% das vagas de graduação em instituições de educação superior públicas, os negros paulatinamente ganharam mais espaço, reflexo também das políticas públicas já citadas e das melhorias no mercado de trabalho durante o início do século XXI. No entanto, complementando a análise de Oliveira (2019), os

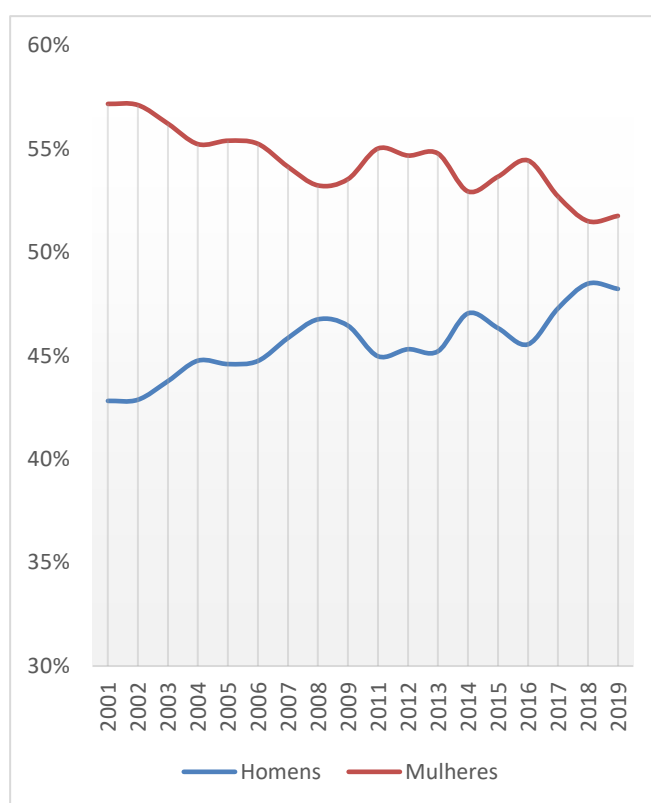
últimos anos da amostra nos mostram um quadro possivelmente preocupante: a queda do percentual de negros como estudantes de graduação em instituições públicas, possivelmente como reflexo da crise no mercado de trabalho e dos cortes às políticas de inclusão, apesar da manutenção das cotas sociorraciais.

Figura 4 - Proporção de matriculados no ensino superior público (graduação) por cor/raça (2001–2019).



Fonte: Elaboração própria.

Figura 5 - Proporção de matriculados no ensino superior público (graduação) por sexo (2001–2019).

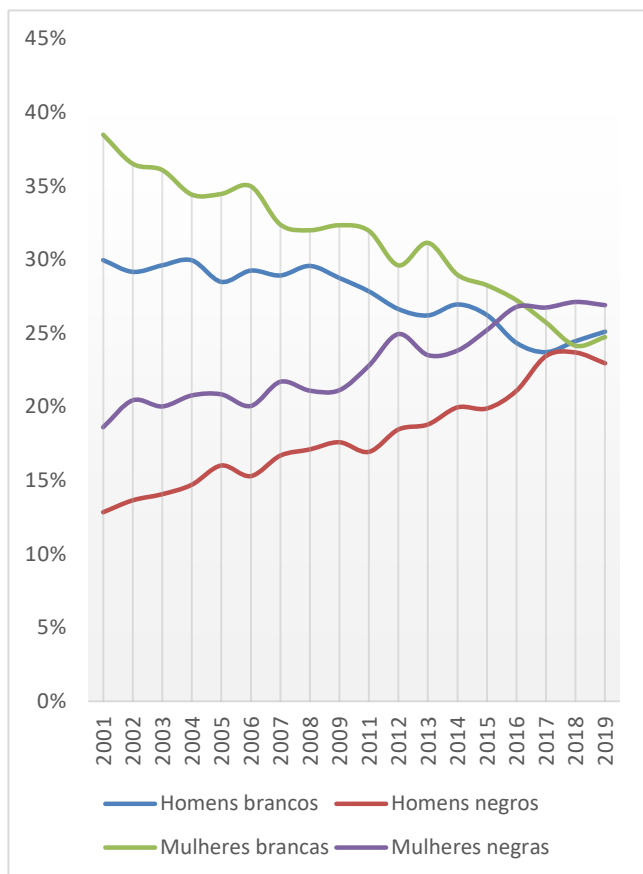


Fonte: Elaboração própria.

A Figura 5 mostra a proporção de matriculados em graduação em instituições públicas por sexo. Como é sabido, as mulheres são maioria neste quesito, porém os homens ganharam espaço na educação superior durante o início do século XXI. No entanto, é fato notório que faltam mulheres em cargos de professoras universitárias e em cargos de liderança dentro das universidades (Fares e Oliveira, 2020), bem como persiste uma “divisão sexual” de cursos e áreas dentro da educação superior. Isto seria visível caso desagregássemos os dados por cursos.

Por fim a Figura 6 mostra como mulheres brancas e homens brancos foram perdendo espaço em termos relativos nas instituições públicas de educação superior (enquanto estudantes de graduação) e mulheres e homens negros conquistaram espaço. Entre os negros, as mulheres são maioria. E, mais recentemente, as mulheres negras são o grupo mais expressivo na educação superior pública.

Figura 6 - Proporção de matriculados no ensino superior público (graduação) por cor/raça e sexo (2001–2019).



Fonte: Elaboração própria.

Assim, esta seção mostra a importância da educação superior pública, não só na produção de conhecimento científico, mas também como instrumento de inclusão social em um país em que ter acesso à educação superior representa um enorme salto na renda futura estimada (OCDE, 2018). No entanto, muitos dos avanços estão em risco na conjuntura atual.

3. Ameaças à educação superior pública: crise no mercado de trabalho, austeridade, censura e reforma

Quanto aos ataques às políticas públicas - em especial aqueles que impactam a educação superior pública - mencionados na

seção anterior, é preciso falar de três momentos. Em um primeiro momento, a adoção da austeridade ocorreu sem que houvesse grandes modificações institucionais nas políticas públicas em si. No entanto, com a constitucionalização da austeridade a partir da EC 95/2016 e mudanças mais profundas na sociedade brasileira, passa a haver, por parte do governo federal, um questionamento das políticas em si e dos objetivos de inclusão social. Em outras palavras, em um primeiro momento (2015) a ameaça às políticas de inclusão nas instituições públicas de ensino superior veio por cortes no orçamento de tais políticas; em um segundo momento (2016 em diante) as ameaças foram direcionadas às políticas em si; e em um terceiro momento (desde 2018), aos objetivos de inclusão em si.

A partir de 2016, aumenta o espaço do setor privado dentro do governo, podendo influenciar nas políticas públicas adotadas e podendo ampliar ainda mais a privatização em suas diversas formas (da oferta educacional, do currículo e da gestão da educação). Segundo Adrião et al (2015) e Adrião (2017), as corporações que atuam no setor tem entrado na agenda pública educacional brasileira por meio de “braços sociais” de empresas, tornando ainda mais frágil a principal conquista constitucional da educação como direito e como bem público (Araújo, 2017).

Hoje, no governo Bolsonaro, para além da defesa do discurso da austeridade, como já o faz o Ministro da Economia Paulo Guedes em todas as oportunidades possíveis, como quando afirma que “o Brasil vai enterrar o modelo social-democrata” (Istoé, 2018), há um ataque às políticas públicas em si e aos objetivos de inclusão social. É emblemática, nesse sentido, a fala do ex-Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, em novembro de 2018, que afirmou

que: *"o aluno tem que sair do segundo grau pronto para o mercado de trabalho. Nem todo mundo quer fazer uma universidade. É bobagem pensar na democratização da universidade, nem todo mundo gosta. (...) O segundo grau teria como finalidade mostrar ao aluno que ele pode colocar em prática os conhecimentos e ganhar dinheiro com isso. Como os youtubers, ganham dinheiro sem enfrentar uma universidade* (Revista Fórum, 2018:1, grifo nosso).

O direito à educação, estabelecido na CF 88 no Artigo 205 como um direito de todos, é de todos ou somente dos privilegiados? E então, novamente, em janeiro de 2019 declarou que *"a universidade para todos não existe"* (Valor Econômico, 2019). Vélez depois seria substituído por Abraham Weintraub e pelo Pastor Milton Ribeiro, atual ministro.

É importante também citar o movimento "escola sem partido" (ESP) neste contexto, que se coloca contra a "ideologização" da educação básica e superior no Brasil. Segundo Penna (2017), o movimento surgiu em 2004 e cresceu nas redes sociais através de seu diálogo com o senso comum por meio de frases simplórias. Catelli Jr. (2016) e Brait (2016) também relembram os links de muitos políticos defensores do ESP com grandes empresas da área da educação.

Penna (2017) assinala que, com frequência, o ESP refere-se aos últimos 30 anos para marcar o avanço da "estratégia gramsciana" do "marxismo cultural", que coincidentemente é o mesmo tempo de vigência da CF 88 e da democracia no Brasil. Segundo Frigotto (2017), o ESP emite uma mensagem de certeza e proposição de ideias supostamente neutras, mas que escondem, na verdade, um teor fortemente "persecutório, repressor e violento". Por isso, o autor se refere ao movimento como *escola "sem" partido*. Neste sentido, o ESP converge com a fala de Paulo Guedes contra a social democracia, com o ataque à CF 88; e com outra fala emblemática de Onyx

Lorenzoni, ministro-chefe da Casa Civil, de que seria necessário *"dar um basta nas ideias socialistas e comunistas que, por 30 anos, nos levaram a esse caos"* (Oliveira, 2019), dentre outras defesas da ditadura militar que tem ficado cada vez mais frequentes.

Abrucio (2016) aponta que, além de enfrentar baixos salários e condições adversas de trabalho, os professores e professoras brasileiros agora enfrentam mais uma fonte de desvalorização: o ESP, que os trata como inimigos. Abrucio (2016) acredita que será difícil recrutar docentes capazes de exercer seu ofício com criatividade e paixão, elementos essenciais nessa profissão (Abrucio, 2016:61).

Tais ataques levaram a que associações de docentes se organizassem para proteger a liberdade de cátedra e os próprios professores. O Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia (APUB), por exemplo, montou uma cartilha de orientação para proteger os docentes vítimas de ameaças e/ou intimidações na sua atividade profissional (APUB, 2018).

Por fim, cabe lembrar que durante o processo eleitoral de 2018, diversas instituições públicas de educação superior sofreram intervenções policiais para impedir a realização de discussões políticas ou manifestações, o que levou a que a Ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, suspendesse, na véspera do segundo turno das eleições, decisões que determinavam ações policiais nas instituições de educação superior (Ferreira, 2018).

Assim, para além das ameaças da austeridade – defendida pelas equipes econômicas desde 2015, agora com ainda mais veemência –, enfrenta-se ameaças à ideia de inclusão social e ao livre pensar na educação superior.

Porém, a associação entre *austeridade e autoritarismo* não é algo específico do

Brasil atual: Moraes (2002) já atentava para a questão de que, ao interpretar a crise do mundo capitalista já na década de 1970, o *mainstream* se aproximou do conservadorismo. Segundo Moraes (2002), é um grande “mérito” da nova direita ter conectado vários elementos ideológicos, indo além da denúncia “econômica” ou “fiscal” das políticas sociais, o que arriscaria preservá-las como “coisas boas, mas impossíveis de sustentar”. Segundo o autor, com o enfoque da Nova Direita, as políticas sociais aparecem como sintomas de decadência civilizacional e, simultânea e paradoxalmente, como indutoras da decadência. Como algo intrinsecamente mau e que não se deve sustentar, mesmo se possível fazê-lo (Moraes, 2002:18).

4. Ameaças mais recentes à educação superior pública: onde a austeridade, o autoritarismo e a reforma administrativa se encontram

Segundo Fares e Matos de Oliveira (2020), os docentes da educação superior brasileira têm sido fortemente impactados pelas abruptas mudanças realizadas no país desde 2015. As reformas (e ameaças de reformas) se somam à ampliação da carga horária, pressão psicológica e assédio institucional. Fares e Matos de Oliveira (2020) analisam especificamente como a reforma trabalhista de 2017 no Brasil afetou as docentes da educação superior.

Sobre ameaças de reforma e assédio institucional, é importante lembrar alguns episódios protagonizados por Paulo Guedes, ministro da Economia: em uma ocasião, comparou os servidores a *parasitas* (Conjur, 2020); em outra, chamou-os de *inimigos*, em cujos bolsos havia colocado uma granada (G1, 2020). Há também importantes episódios do ex-ministro da educação Abraham Weintraub, que afirmou que haveria plantação de maconha em uni-

versidades federais (Carta Capital, 2019) e fez diversos outros ataques à educação superior pública.

Há outras ameaças, ainda em curso na educação superior pública. Para além da desvalorização, tem ocorrido um crescimento dos casos de denúncia contra professores universitários, culminando por exemplo na censura prévia a dois professores da Universidade Federal de Pelotas que haviam feito críticas ao governo federal (Frente Servir Brasil, 2021). Na mesma linha, as universidades federais brasileiras receberam, em fevereiro de 2021, ofício do Ministério da Educação que alerta que manifestações políticas nas instituições podem configurar “imoralidade administrativa” com consequente punições disciplinares. Os casos dialogam bastante com o quadro apresentado da ESP e mostram que o crescente autoritarismo no país tem minado também a autonomia universitária, ainda garantida pela Constituição. Neste quesito, é importante mencionar a grande quantidade de instituições superiores de educação superior hoje sob intervenção, em que o Presidente Jair Bolsonaro não aceitou o resultado de consultas internas da comunidade e nomeou, como reitores, pessoas não eleitas pela comunidade universitária. O Andes contabiliza 24 instituições federais sob intervenção entre 2019 e fevereiro de 2021 (Andes, 2021).

Todas estas questões, somadas aos cortes de financiamento e à crise do mercado de trabalho, culminam para impactar a inclusão na educação superior. No entanto, a educação superior pública segue realizando papel fundamental na produção de conhecimento e na inclusão social.

Mas os ataques aos servidores e em especial às instituições públicas de educação superior seguem e tomam novos formatos, agora com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32/2020, que propõe uma reforma administrativa. O texto inicial da

PEC 32/2020 apresenta pontos bastante problemáticos para o serviço público como um todo, entre eles:

- i. a inclusão do princípio da subsidiariedade no Art. 37 da CF 88, tornando o poder público complementar ao setor privado e prevê que seja possível firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades, públicos e privados, para a execução de serviços públicos, inclusive com o compartilhamento de estrutura física e a utilização de recursos humanos de particulares, com ou sem contrapartida financeira;
- ii. o desmembramento do Regime Jurídico Único em cinco novos tipos de contratos, com a criação do vínculo por experiência e a diferenciação entre cargo com prazo indeterminado e cargo típico de Estado, somente este último contando com estabilidade;
- iii. a ampliação dos casos para a contratação temporária, arriscando a profissionalização da burocracia pública e a previsibilidade e continuidade da prestação de serviços públicos;
- iv. concede “superpoderes” ao Presidente da República na reestruturação do Estado brasileiro, com as mudanças realizadas no Art. 84.

A PEC 32/2020 também afeta fortemente as instituições de educação superior no Brasil. Um primeiro ponto é que a PEC coloca o princípio da *subsidiariedade* como um princípio da administração pública. Com isso, o setor público se torna complementar ao privado, e não o contrário. E a PEC também constitucionaliza uma série de acordos do setor público com o privado, inclusive com o compartilhamento de estruturas do setor público. Com isso, é pos-

sível que as instituições públicas de educação superior sejam fortemente afetadas.

Um segundo ponto é que a PEC amplia os casos de contratação de trabalhadores temporários, retirando a restrição de que isso só ocorra em casos de excepcional interesse público. Então haverá mais espaço para contratações temporárias de servidores, sobrecarregando os professores efetivos com funções exclusivas destes, como já ocorre hoje. Esta será uma estratégia para burlar o concurso público.

Um terceiro ponto é que, com a reforma, o Presidente da República passa a ter “superpoderes” (devido às alterações propostas no Art. 84 da CF88) e a poder transformar e extinguir por decreto até mesmo fundações e autarquias, que é justamente como as instituições públicas de educação superior se constituem.

Um quarto ponto é que cargos de liderança e assessoramento passam a poder ser 100% ocupados por pessoas de fora do serviço público. Abre-se um espaço muito grande para o apadrinhamento no serviço público, com cargos de liderança e assessoramento podendo ser ocupados exclusivamente por pessoas de fora do serviço público, ou seja, o servidor perde este espaço. Com isso, a reforma administrativa permite que a coordenação de curso e a chefia de departamento nas instituições públicas, por exemplo, sejam assumidas por pessoas alheias ao magistério e ao serviço público. Em meio a ataques ao livre pensar, aos cortes de recursos para as instituições, entre outras questões, este mecanismo trazido pela reforma pode ampliar a intervenção político-partidária em instituições federais.

Assim, sob diversas óticas, a educação superior pública encontra-se sob ataque.

5. Considerações Finais

A austeridade e o autoritarismo têm dado duros golpes à educação superior pública no Brasil. A reforma administrativa é mais uma ameaça no horizonte, que se soma à desvalorização estrutural e até mesmo à perseguição.

Esta nota mostrou que a educação superior cumpre uma função social fundamental, tanto por seu papel mais recente de ampliação da inclusão de segmentos populacionais até então marginais no ensino público, quanto para a produção e difusão do conhecimento e do pensamento crítico.

Apesar de estar sob ameaças diversas, a inclusão enquanto “estoque” na educação superior ainda prossegue, pois o quadro nas Instituições de Educação Superior Públicas ainda permanece como sendo o

de maior inclusão que na média histórica. Assim, embora sob ameaça, a educação superior ainda cumpre um papel social e educacional importante. No entanto, os ataques sofridos pela educação superior têm feito com que, mais recentemente, a ampliação da inclusão na educação superior caia.

Estes ataques ocorrem por diversas maneiras, como discutimos aqui: seja com a perda de poder aquisitivo das famílias, com a ampliação da informalidade e do desemprego, que afeta a capacidade das famílias de manterem alguns de seus membros na educação superior; seja com o corte das políticas de inclusão na educação superior no país desde 2015; seja ainda com as ameaças constantes de reformas, assédio institucional e interferência na autonomia universitária das diversas instituições.

Referências

Abrucio, F. (2016) Escola sem sentido In: Ação Educativa (org.) (2016). A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso / Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). — São Paulo: Ação Educativa, 2016. Acesso em: 14/01/2021 Disponível em: <https://goo.gl/M8uRd7>

Adrião, T. (2017) “A privatização da educação básica no Brasil: considerações sobre a incidência de corporações na gestão da educação pública”. In: Araújo, L; Marcelino, J. (orgs.) (2017) Público x privado em tempos de Golpe. São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2017.

Adrião, T.; Garcia, T.; Borghi, R. F.; Bertagna, R. H.; Paiva, G. e Ximenes, S. (2015) “Sistemas de Ensino Privados na Educação Pública Brasileira: Consequências da Mercantilização para o Direito à Educação” Acesso em: 08/02/2021 Disponível em: <https://bit.ly/2EFu8Jc>

Andes (2021) Dossiê: militarização do governo Bolsonaro e intervenção nas instituições federais de ensino. Acesso em: 04/04/2021 Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/abril2021/DossieMilitarizacao.pdf>

APUB (2018) Cartilha de recomendação aos docentes Acesso em: 14/01/2021 Disponível em: <https://goo.gl/RKPFDJ>

Araújo, L. (2017) “Apresentação” In: Araújo, L; Marcelino, J. (orgs.) (2017) Público x privado em tempos de Golpe. São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2017.

Banco Mundial (2017) Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Acesso em: 09/01/2021 Disponível em: <https://goo.gl/Qxgeha>

Brait, D. (2016) “Os protagonistas do ESP” In: Ação Educativa (org.) (2016). A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso / Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). — São Paulo: Ação Educativa, 2016. Acesso em: 14/01/2021 Disponível em: <https://goo.gl/M8uRd7>

Carta Capital (2019) Na Câmara, Weintraub reafirma que há plantação de maconha em universidades. Acesso em: 04/04/2021 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/na-camara-weintraub-reafirma-que-ha-plantacao-de-maconha-em-universidades/>

Catelli Jr., R. (2016) “A Criminalização Ideológica dos Livros Didáticos: A Quem Serve?” In: Ação Educativa (org.) (2016). A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso / Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). — São Paulo: Ação Educativa, 2016. Acesso em: 14/01/2021 Disponível em: <https://goo.gl/M8uRd7>

Clarivate Analytics (2018) Research in Brazil: Funding excellence. Analysis prepared on behalf of CAPES by the Web of Science Group. Acesso em: 09/01/2019 Disponível em: https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2019/09/ClarivateReport_2013-2018.pdf

Conjur (2020) Paulo Guedes é condenado por chamar servidores de “parasitas” Acesso em: 04/04/2021 Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-set-18/paulo-guedes-condenado-chamar-servidores-parasitas>

Dubet, F. (2015) Qual democratização do ensino superior? In: Cad. CRH vol.28 no.74 Salvador May/Aug. 2015 Acesso em: 15/01/2021 Disponível em: <https://goo.gl/mHLpkn>

Dweck, E., Rossi, P., Oliveira, A. L. M. (2020) Economia Pós-Pandemia: Desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico. São Paulo: Editora Autonomia Literária.

Fares, L. S.; Matos de Oliveira, A. L. (2020) A Feminist Perspective on the 2017 Labor Reform in Brazil: Impacts on Higher Education Faculty. In: Marquita Walker. (Org.). Female Voices from the Worksite: The Impact of Hidden Bias against Working Women across the Globe. 1ed. Lanham: Lexington Books, 2020, v. 1, p. 129-145.

Ferreira, N. (2018) Cármen Lúcia suspende decisões que determinaram ação de policiais em universidade. Jusbr Acesso em: 14/01/2019 Disponível em: <https://goo.gl/uRk3vW>

Frente Servir Brasil (2021) Servir Brasil denuncia intimidação contra docentes que criticaram governo federal. Acesso em: 04/04/2021 Disponível em: <https://www.servirbrasil.org.br/2021/03/servir-brasil-denuncia-intimidacao-contra-docentes-que-criticaram-governo-federal/>

Frigotto, G. (org). (2016) Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. 144 pág.

G1 (2020) Suspensão de reajuste de servidores é 'granada no bolso do inimigo', diz Guedes em reunião Acesso em: 04/04/2021 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/suspensao-de-reajuste-de-servidores-e-granada-no-bolso-do-inimigo-diz-guedes-em-reuniao.ghtml>

Istoé (2018) "Brasil vai enterrar modelo econômico social-democrata, diz Paulo Guedes" Acesso em: 09/01/2019 Disponível em: <https://goo.gl/3bwfUK>

Moraes, R. (2002) Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. In: Educ. Soc. [online]. 2002, vol.23, n.80, pp.13-24.

OCDE (2018) Education at a Glance 2018 Acesso em: 28/12/2018 Disponível em: <https://goo.gl/SFtr94>

Oliveira, A. L. M. (2019) Educação superior brasileira no início do século XXI : inclusão interrompida? Tese de doutorado, IE/Unicamp.

Oliveira, A. L. M. (2021) Auxílio emergencial na pandemia da Covid-19: atuação do legislativo para a redução de vulnerabilidades. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, v. 14, p. 182-193, 2021.

Penna, F. A. (2017) O escola sem partido como chave de leitura do fenômeno educacional. Frigotto, G. (org). Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. 144 pág.

Revista Fórum (2018) É bobagem pensar na democratização da universidade, diz ministro da educação de Bolsonaro Acesso em: 28/11/2018 Disponível em: <https://goo.gl/rr9YGt>

Valor Econômico (2019) "Universidade para todos não existe" Acesso em: 08/04/2021 Disponível em: <https://goo.gl/g74oEV>



FONACATE

Fórum Nacional Permanente
de Carreiras Típicas de Estado

www.fonacate.org.br